

# **CARREIRA E REMUNERAÇÃO: ELEMENTOS PARA A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR**

**MARCIA ANDREIA GROCHOSKA**  
**(Doutora em Educação)**

O presente trabalho é um recorte do resultado de uma pesquisa de doutorado realizada no ano de 2015 e tem como tema a valorização do professor e como objeto de estudo a carreira. Foi realizada no município de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba- capital, a partir de um estudo de caso. Como encaminhamento metodológico optou-se pela aplicação de um questionário para uma amostra representativa dos professores de educação básica (anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil) da rede municipal. O objetivo era identificar quais são os elementos que compõe a carreira desses profissionais e são entendidos como importantes para a sua valorização e qualidade de vida.

Estas análises partem do conceito de valorização do professor proposto por Grochoska (2015, p. 28)

A valorização do professor é o princípio para se chegar a dois objetivos: o primeiro, a qualidade da educação nacional, e o segundo, a qualidade de vida do trabalhador. Esses dois objetivos são necessários para que o professor possa produzir a sua vida, a escola e sua profissão. Para se alcançar estes dois objetivos, existe um mecanismo legal que é a carreira. Para que esta carreira seja um mecanismo de valorização, precisa contemplar três elementos: formação, condições de trabalho e remuneração. Estes elementos primários são compostos por demais dimensões buscando uma maior objetividade na efetivação da política.

Elencou-se, então que este recorte trará discussões específicas sobre a remuneração do professor, entendendo esse um elemento fundamental para a valorização desse profissional. A proposta é colocar reflexões sobre a representação da remuneração relacionando-a com a qualidade de vida do professor.

Pinto (2009, p. 60), conclui: “não existe valorização de uma profissão sem salários atraentes, que estimulem os melhores alunos do ensino médio a optar pela carreira”. Esta conclusão expressa de forma simples, mas com objetividade, o que a remuneração representa enquanto elemento de valorização do professor. Sem bons salários não há ingresso, não há permanência nos sistemas e não há reconhecimento social da carreira.

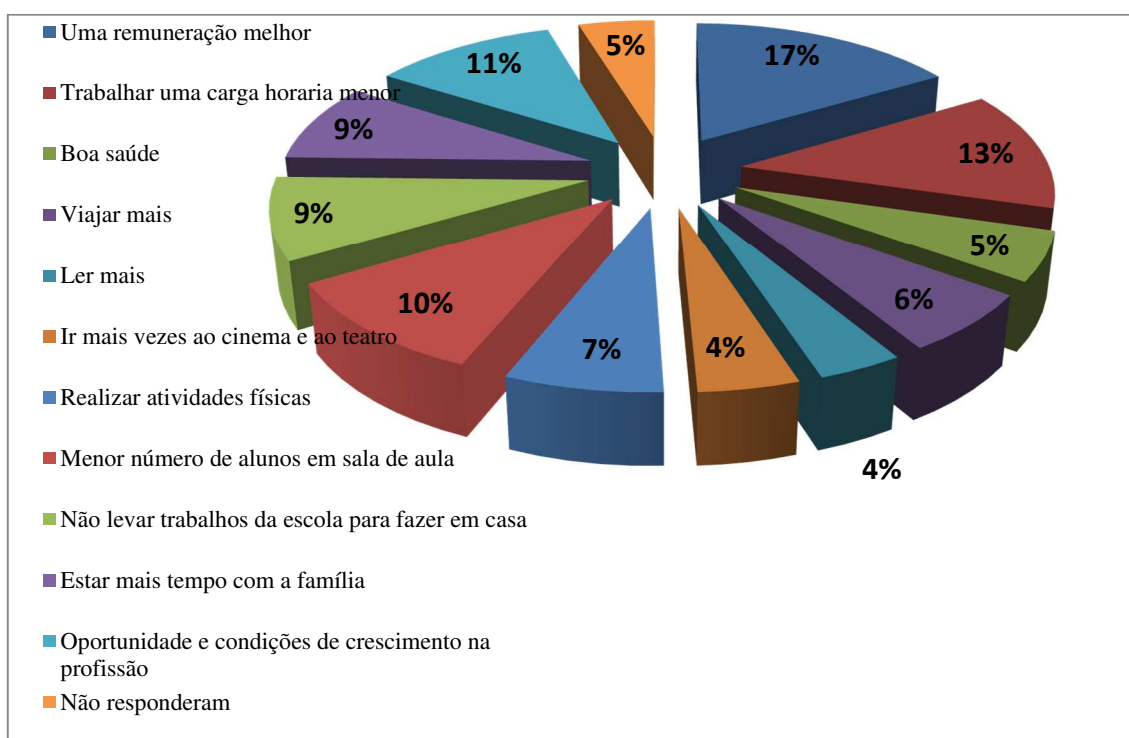
Para aprofundar os debates a respeito da remuneração dos professores, se faz necessário conceituar três elementos: salário, vencimento e remuneração, pois ambos

apresentam bases de cálculo diferentes. Assim, salário é o valor pago pelo empregador ao empregado conforme a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); vencimento é definido pela Lei nº 8.112 como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”; sendo assim, tanto salário como vencimento são uma parte da remuneração, que no caso do magistério é composta pelo vencimento mais vantagens pecuniárias, como gratificações, auxílios entre outros (CAMARGO; JACOMINI, 2010). Nesse trabalho serão utilizados os termos remuneração, como o total do que o professor recebe, contando gratificações, abonos, entre outros elementos.

No Brasil, um grande avanço em termos de remuneração do professor é a aprovação no ano de 2008 do PSPN, que estabelece o mínimo que deve ser pago inicialmente ao professor. Mesmo sendo uma legislação em disputa, reforça-se que o PSPN é uma das principais conquistas dos professores no que diz respeito aos contextos da valorização.

Após a breve contextualização, o objetivo agora é apresentar os resultados da pesquisa, demonstrando as relações entre valorização, qualidade de vida e remuneração dos professores. Nesse sentido o gráfico seguinte apresenta qual é a percepção dos professores de São José dos Pinhais, sobre o que falta para que tenham qualidade de vida.

**GRÁFICO 01 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE SJP SOBRE O QUE LHES FALTA PARA QUE TENHAM QUALIDADE DE VIDA**

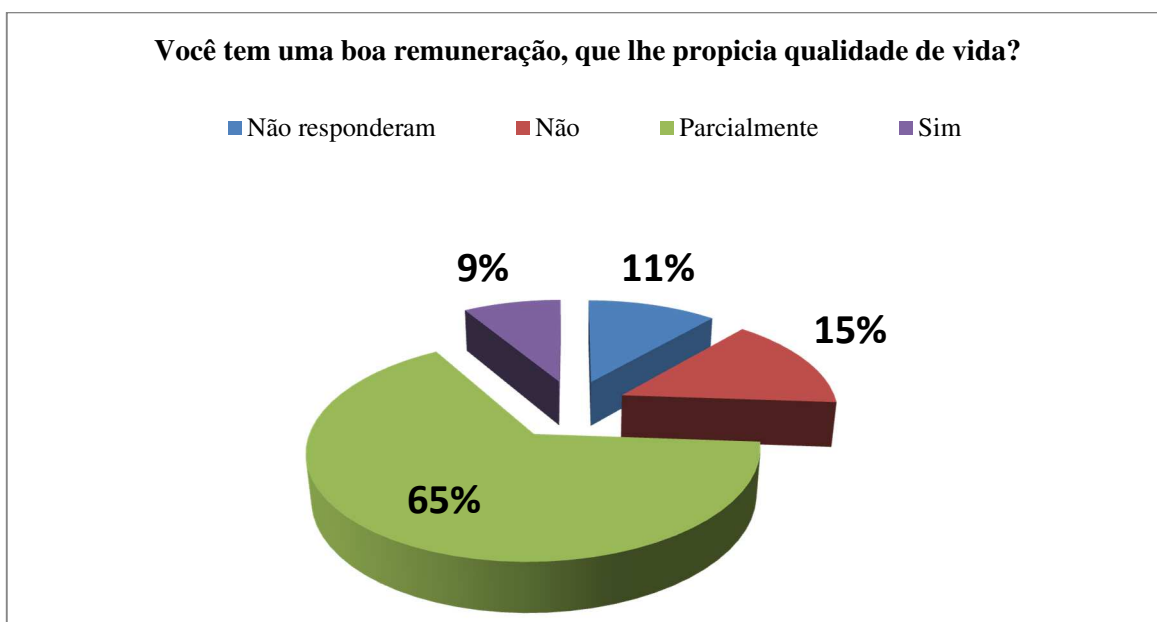


FONTE: GROCHOSKA (2015, p.214)

Os resultados apresentam a remuneração como um dos elementos relevantes e deficitários para que os professores de São José dos Pinhais tenham qualidade de vida. Pode-se dizer que a remuneração interfere na criação de um estilo de vida, no *status* da profissão, definindo um padrão de consumo e conseqüentemente na representação que se tem sobre qualidade de vida, pois possibilita maior ou menor acesso a certos elementos, como cultura, livros, lazer, viagens, bens materiais, que também compõe o cenário de elementos que constituem as representações dos professores sobre qualidade de vida.

Quando indagados sobre o fato de suas remunerações lhe propiciarem ou não qualidade de vida a resposta dos professores construiu o seguinte cenário:

GRÁFICO 02 – REPRESENTAÇÃO SOBRE QUALIDADE DE VIDA E REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DE SJP

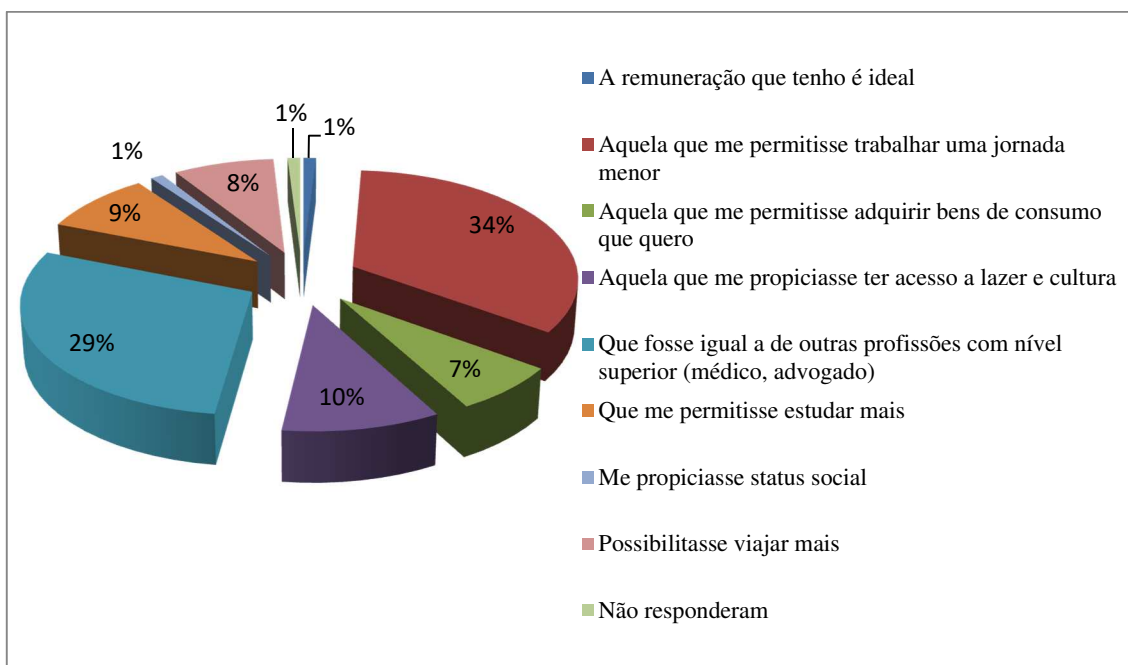


FONTE: GROCHOSKA (2015, p. 217).

A reflexão acima parte do indicativo que uma minoria de professores acreditam que a remuneração lhe promove qualidade de vida. Pode-se dizer que os 65% dos professores que colocam que a remuneração lhe propicia parcialmente qualidade de vida, podem pender para o sim ou para o não, podendo apresentar dois elementos de interpretação. Ressalta-se no entanto, quase a totalidade do universo investigado

entende que sua remuneração não lhe dá plenas condições para que tenham qualidade de vida.

GRÁFICO 03 – REPRESENTAÇÃO SOBRE REMUNERAÇÃO IDEAL



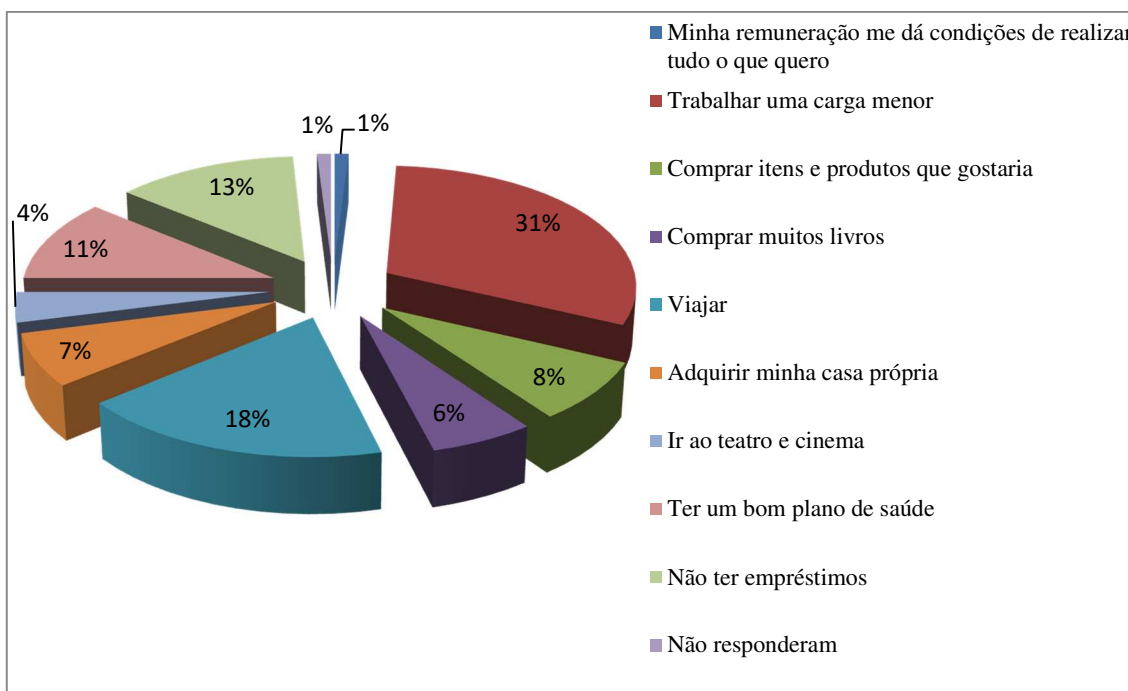
FONTE: GROCHOSKA (2015, p. 219).

Poucos são os professores que indicam possuir uma remuneração ideal. Destaca-se o elemento da remuneração estar relativamente ligada à jornada de trabalho, ou seja, a remuneração ideal seria aquela que propiciasse trabalhar menos. Pode concluir então que, um indicativo para valorização para a qualidade de vida do professor é pensar carreiras com jornadas menores ou compostas de forma diferente e melhores remunerações.

Os dados também apresentam que a remuneração ideal é aquela equivalente à de outras profissões com nível superior. Além do ganho salarial, isto também pode estar relacionado ao *status* da profissão, que também é reconhecida socialmente pela média remuneratória que recebe. Esta indicação faz paralelo com a meta do PNE sobre a equiparação dos salários dos professores com demais profissões de nível superior.

Na tentativa de absorver por que o professor de SJP indicam que tem remunerações que não lhe propiciam qualidade de vida, perguntou-se, então, o que gostaria de fazer que sua remuneração não lhe permite:

GRÁFICO 04 – REPRESENTAÇÃO SOBRE O QUE A REMUNERAÇÃO NÃO PERMITE FAZER

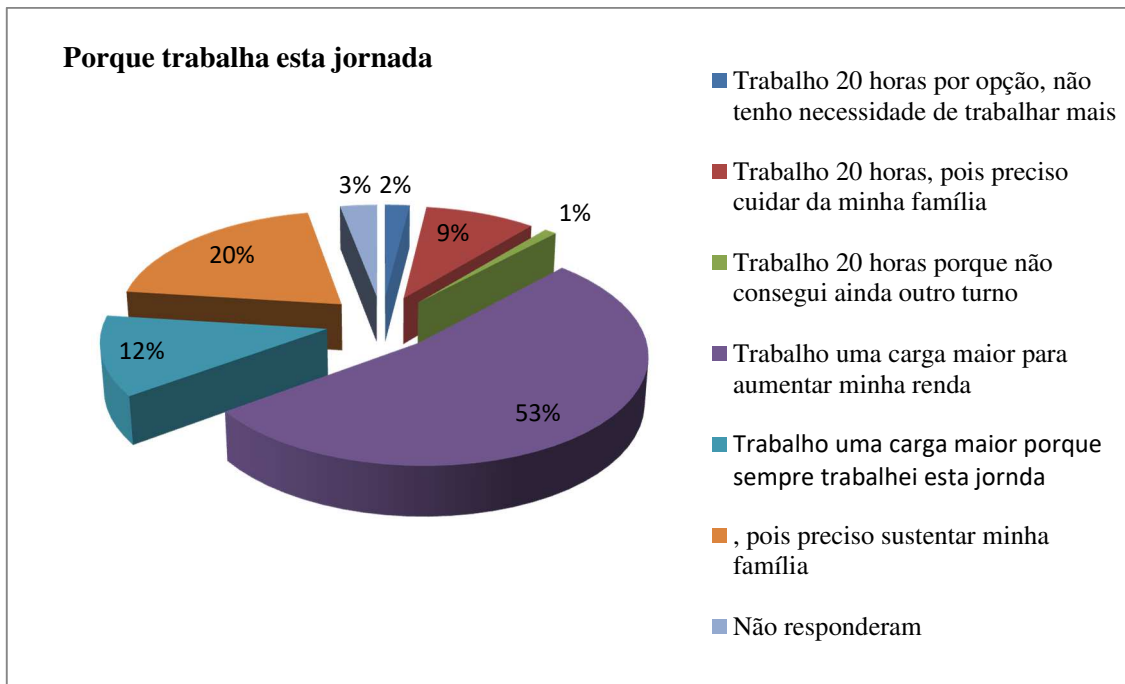


FONTE: GROCHOSKA (2015, p. 220).

O importante deste levantamento é que novamente aparece forte a relação entre remuneração e jornada. Baixos vencimentos fazem com que os professores trabalhem mais, no caso de SJP. Esta é uma realidade, no entanto, nacional.

Dos professores pesquisados, 79% trabalham quarenta horas semanais, ainda há aqueles profissionais que optam em trabalhar uma jornada de vinte horas. Esses professores são uma minoria e justificam que a opção de cuidar da família é o elemento que faz com que trabalhem apenas um turno. Quando indagados do porque trabalham essa jornada, obtemos as seguintes respostas:

GRÁFICO 05 – JORNADA E TRABALHO

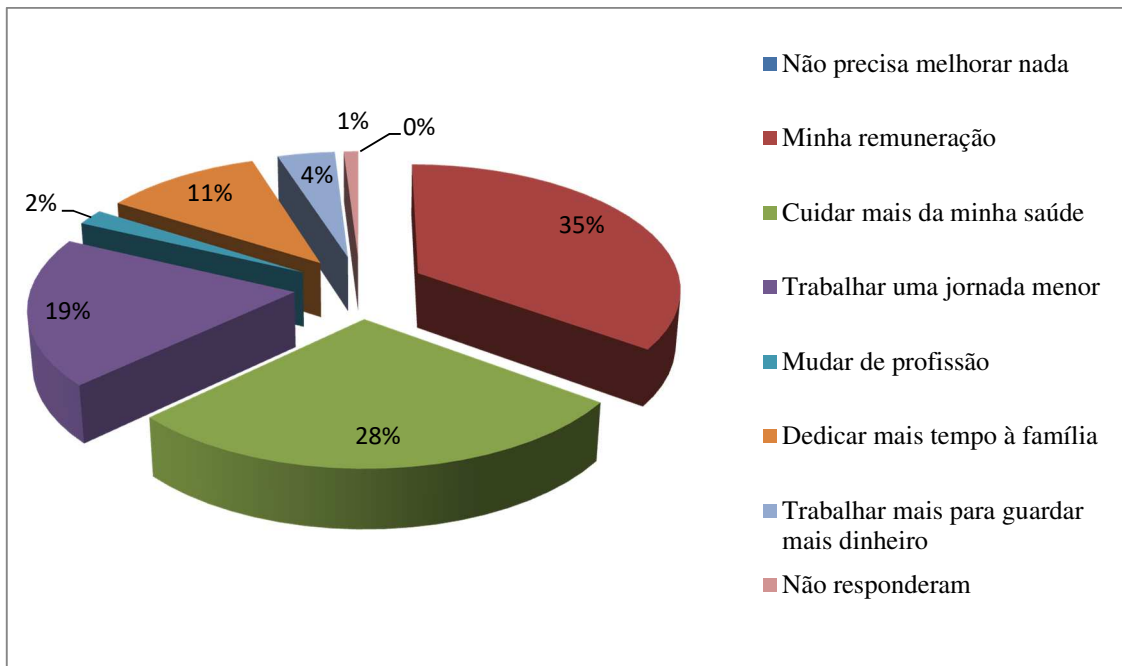


FONTE: GROCHOSKA (2015, p. 211).

Além de nos dar os indicativos sobre a escolha da jornada de trabalho, o que se torna mais representativo neste gráfico é a vinculação da jornada de trabalho com a remuneração, pois no geral 73% dos professores afirmam que trabalham uma jornada maior devido à necessidade de ampliação da renda e manutenção da casa e família. Esta situação nos reflete que uma boa remuneração possibilitaria uma jornada menor de trabalho, conseqüentemente ampliando sua condição para que tivesse qualidade de vida.

Quando se trata de remuneração, é importante avaliar que é com ela que o trabalhador se manterá não apenas durante o período produtivo do seu trabalho, mas precisará produzir sua vida na aposentadoria. A remuneração é o único elemento da valorização que o acompanhará até o final da vida, não apenas da carreira. Ao perguntarmos aos professores como vislumbram sua aposentadoria, as respostas se configuraram da seguinte maneira:

**GRÁFICO 06 – REPRESENTAÇÃO SOBRE O QUE PRECISA MELHORAR PARA UMA BOA APOSENTADORIA**



FONTE: GROCHOSKA (2015, p. 222)

Para uma aposentadoria com qualidade de vida, os professores percebem a necessidade da melhoria da sua remuneração para que isto de fato aconteça. Este apontamento pode significar o entendimento de que a remuneração possibilita acesso a elementos que contribuem para a qualidade de vida, como viagem, saúde, lazer, esporte, etc., o que neste caso não é possível, pois entendem que esta remuneração não é suficiente.

Assim como também, uma boa remuneração lhe permite menos tempo de trabalho, possibilitando as condições de cuidado com a saúde e lazer.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As conclusões indicam que para terem qualidade de vida os professores almejam uma boa remuneração que lhes permita acesso a viagens, lazer, cultura, esporte, etc., uma remuneração com que possam produzir sua vida. Essa remuneração seria aquela que lhes desse a possibilidade de trabalhar uma jornada menor e em especial, que tivesse um valor remuneratório igual as demais profissões com nível superior, mantendo seu poder de compra durante a carreira, mas também na aposentadoria.

Vale destacar a estreita ligação entre remuneração e jornada de trabalho. Os

professores necessitam de uma jornada que lhes permita mais tempo com a família e para que lhe propicie mais acesso a lazer e viagens, porém estas possibilidades estão diretamente relacionadas a remuneração que recebem, pois ainda hoje, no Brasil, temos casos de professores que trabalham em torno de 60 horas semanais.

Pensar políticas de valorização do professor a partir de carreiras que propiciem elementos de remuneração e jornada, significa atender as representações dos professores de educação básica, para que de fato sintam-se valorizados.

## REFERENCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional do magistério público de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: set. 2009.

CAMARGO, R. B.; JACOMINI, M. A. **Carreira e salário do pessoal docente da educação básica:** algumas demarcações legais. Versão preliminar. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas da Educação, 2010.

GROCHOSKA.M.A. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PINTO.J.M.R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>